

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento de contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

NOTA 4: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes-Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

NOTA 5: CLIENTES

Os saldos de clientes estão registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

NOTA 6: IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreende os impostos retidos sobre aplicações financeiras realizadas; saldos dos créditos por aquisição de insumos para produção, deduzidos os débitos pelas saídas e a parcela circulante dos créditos por aquisição de imobilizado que serão compensados com o respectivo imposto a pagar, quando possível. Os impostos a recuperar são mensurados pelos valores de realização.

NOTA 7: ESTOQUES

Os estoques de produtos prontos, em elaboração as matérias-primas foram avaliados, respectivamente, pelos custos médios de produção e aquisição.

NOTA 8: OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os demais valores a receber estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

NOTA 9: IMOBILIZADO

Os ativos classificados no Imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição e deduzidos das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. Durante o exercício social de 2006 não foi realizado o reconhecimento de despesas com depreciação.

| Imobilizado | Saldo |
|-----------------------------|------------|
| Terrenos | 358,63 |
| Obras civis | 2.012,30 |
| Instalações | 452,69 |
| Equipamentos de produção | 7.464,53 |
| Veículos | 556,09 |
| Móveis e utensílios | 551,40 |
| Marcas e patentes | 79,32 |
| Imobilizações em curso | 470,03 |
| SOMA | 11.944,99 |
| (-) Depreciações acumuladas | (3.349,30) |
| TOTAL | 8.595,69 |

NOTA 10: DIFERIDO

Os ativos classificados no Diferido são mensurados pelo custo de aquisição e deduzidos das respectivas amortizações acumuladas.

NOTA 11: FORNECEDORES

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas

NOTA 12: TRIBUTOS A PAGAR E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

As obrigações fiscais e trabalhistas estão compostas por impostos e contribuições a recolher que se referem aos fornecedores de serviços, prestadores de serviços e obrigações trabalhistas e previdenciárias.

NOTA 13: EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Inteiramente composto por contratos de empréstimos e financiamento com instituições financeiras, acrescidos dos encargos e despesas financeiras calculadas com base na taxa efetiva de juros. As debêntures emitidas que se encontram em poder do FINOR, estão evidenciados no Passivo Exigível a Longo Prazo. Os débitos oriundos de Financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (FNE e Resolução 2148-Bacen), foram considerados extintos durante o exercício social de 2006, pela sentença proferida pelo juiz de direito da 6ª vara da comarca de Teresina-PI, na Ação Ordinária nº 198 00 55823, sendo baixo do Passivo Exigível de Longo Prazo contra Patrimônio Líquido.

NOTA 14: OUTROS PASSIVOS

Referem-se diversos valores tais como prestações de serviços administrativos, adiantamentos de clientes, entre outros valores.

NOTA 15: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 7,744 milhões. O prejuízo líquido do exercício de 2006 foi de R\$ 3.599 milhões. A Reserva de Lucros refere-se ao saldo anterior da Reserva Legal. A empresa procedeu ajustes patrimoniais em exercícios anteriores, conforme apresentado na DMPL, em função da adequação de sua contabilidade as normas vigentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João de Almeida F. Filho – Presidente
Lysbela D. Castro A. Freitas – Conselheira
Paulo James do Monte Andrade – Conselheira

DIRETORIA

João de Almeida F. Filho – Diretor Presidente
Valdik Cardoso dos Santos – Diretor Administrativo
Antonio J. Azevedo de Oliveira – Diretor Técnico

Thales André da S. Milanêz – Contador CRC/PI nº 6574

P.P. 10963

EDITAL – GILMAR CHINELLI PEREIRA – portador do CPF nº. 230.711.171-91, residente e domiciliado, na cidade de Teresina –PI, torna público que **REQUEREU** junto a **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS- SEMAR-PI**, o pedido de **LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, para implantação de um projeto agrícola, na **FAZENDA CASA DE PEDRA**, no município de Uruçui – PI. Teresina (PI), 30/11/2009.

EDITAL - HORACI PEREIRA DE ANDRADE – portador do CPF nº. 067.187.873-53, **RIVALDO MELO DA COSTA** – portador do CPF nº. 307.214.313-72, residentes e domiciliados na cidade de Teresina – PI, e **OVISIA-OVINOS DO PIAUI AGROINDUSTRIAL S/A - CNPJ nº. 23515.588/0001-11**, com sede no município de Uruçui – PI., torna público que **REQUEREU** junto a **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS- SEMAR-PI**, o pedido de **LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, para implantação de um projeto agrícola, no **CONDOMÍNIO FLOR DA SERRA**, no município de Uruçui – PI. Teresina (PI), 30/11/2009.

EDITAL – CORNELIO ADRIANO SANDERS – portador do CPF nº. 194.095.320-00-91, domiciliado, na Fazenda Progresso, no município de Sebastião Leal - PI, torna público que **REQUEREU** junto a **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS - SEMAR-PI**, o pedido de **LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO**, para desmatamento e legalização de uma área para implantação de um projeto agrícola, na **FAZENDA MATO GROSSO**, no município de Uruçui – PI. Teresina (PI), 30/11/2009.

P.P. 10964

EDITAL

CANEL – CENTRAL Agrícola Nova Era LTDA, CNPJ 23.505.902/0001-85, torna público que requereu junto a SEMAR, a Licenças de Operação - LO e Outorga de Uso para um Poço Tubular da Loc.: **FAZENDA CANEL (SEDE)** – município de Uruçuí – PI. Lat.: 07º 46' 725"S Long: 44º 77' 17" W Bacia-Parnaíba, Sub-bacia - Uruçuí Preto Volume requerido (m3/ano): 15.000 **Finalidade do uso da água: consumo humano e dessedentação animal.**

EDITAL

MINERAÇÃO GRAUNA LTDA, CNPJ 63.517.098/0001-79, torna público que requereu junto a SEMAR, a Licenças de Operação - LO e Outorga de Uso para um Poço Tubular da Loc.: **MINERAÇÃO GRAUNA (SEDE)** – município de Antonio Almeida – PI. Lat.: 0581508 E: 9206908 N, Bacia-Parnaíba, Sub-bacia - Uruçuí Preto Volume requerido (m3/ano): 15.000 **Finalidade do uso da água: consumo humano e dessedentação animal.**

P.P. 10965

MARCOS ROLFARAGÃO GOMES, RG 188080 SJSP-Pi requereu Junto ao cartório do sexto ofício de notas o registro do estatuto, ata de Fundação e posse da 1º diretoria. O presente registro, tem por finalidade de proteger a propriedade de criação do moto grupo Carcarás do Corisco evitando assim que terceiros tentem utilizar o mesmo nome ou Símbolo em outro grupo, associação, ou não associação

Teresina, 30 de novembro 2009

P.P. 10961

COMUNICADO

A F. C. Oliveira E Cia Ltda. torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença de Operação protocolo nº 6552/09, para Transporte de Produtos Perigosos nas Rodovias do Estado do Piauí. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

P.P. 10966